



**Informativo**  
**DiEESA**

**Boletim de subsídios às negociações  
coletivas dos sindicatos filiados à CNTQ**

**Outubro de 2017**

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	2
1. Produto Interno Bruto (PIB) .....	2
2. INPC-IBGE .....	3
3. Juros .....	4
4. Desempenho Setorial .....	5
5. ICV-DIEESE .....	6
6. Cesta Básica Nacional.....	10
7. Balanço dos Reajustes e dos Pisos Salariais .....	12

## INTRODUÇÃO

O presente estudo é um subsídio às negociações coletivas dos sindicatos filiados à CNTQ que a Subseção do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) na entidade produz e envia mensalmente. Trata-se de um boletim que apresenta indicadores econômicos selecionados (Produto Interno Bruto, Formação Bruta de Capital Fixo, Taxa de Investimento, INPC-IBGE e Juros), com uma breve análise de desempenho do setor químico e informações que o próprio DIEESE produz, sintetizados em um único material. O boletim tem periodicidade mensal e o seu envio ocorre até o dia 15 de cada mês.

### 1. Produto Interno Bruto (PIB)

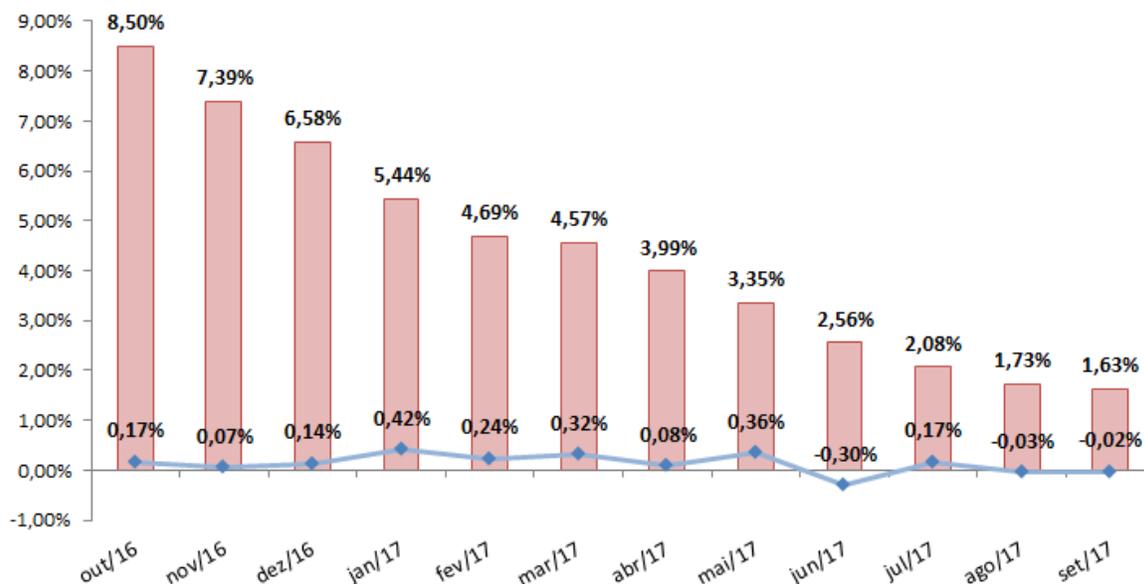
**Acumulado 2016** – O Produto Interno Bruto recuou **3,6%** em relação a 2016. No acumulado do ano, o PIB em valores correntes totalizou **R\$ 6,27 trilhões**. O PIB *per capita* alcançou R\$ 30.407 (em valores correntes) em 2016, com queda de 4,4% em relação ao ano anterior. Sob a ótica da oferta, a Agropecuária, a Indústria e o Serviço apresentaram recuo no acumulado de 2016, em respectivamente, 6,6%, 3,8% e 2,7%. Sob a ótica da demanda, a Formação Bruta de Capital Fixo (-10,2%), o Consumo das Famílias (-4,2%), o Consumo do Governo (-0,6%) e a Importação (-10,3%) recuaram em 2016, enquanto a Exportação (1,9%) apresentou crescimento.

**2º Trimestre 2017** – O PIB cresceu 0,2% em relação ao trimestre imediatamente anterior, a Agropecuária manteve-se estagnada, a Indústria recuou -0,5%, enquanto os Serviços cresceram 0,6%. Na comparação com igual período de 2016, houve expansão do PIB de 0,3% no segundo trimestre do ano. Na ótica da produção, a Agropecuária cresceu 14,9%, e a Indústria e os Serviços recuaram, respectivamente, -2,1% e -0,3%. Sob a ótica da demanda, o Consumo das Famílias cresceu 0,3%, o Consumo do Governo e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) recuaram, respectivamente, -2,4% e -6,5% e 3,7%, enquanto as Exportações se elevaram em 2,5% e as Importações recuaram -3,3%.

## 2. INPC-IBGE

O INPC-IBGE, que abrange as famílias com renda familiar entre 1 e 5 salários mínimos e as Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além do Distrito Federal e do município de Goiânia, apresentou variação de -0,02% em setembro e ficou 0,01 ponto percentual acima do resultado de -0,03% de agosto. Considerando os últimos doze meses o índice ficou em 1,63%, abaixo da taxa dos doze meses anteriores.

**GRÁFICO 1**  
**INPC-IBGE: Mensal e Acumulado em Doze Meses**  
**Brasil – Outubro de 2016 a Setembro de 2017**



Fonte: IBGE

Elaboração: DIEESE

Nota: Base Dezembro de 1993

### 3. Juros

Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), ocorrida nos dias 25 e 26 de julho de 2017, definiu-se em 8,25% a.a. a taxa básica de juros da economia brasileira (SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). A próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) será nos dias 24 e 25 de outubro de 2017.

Segundo a ANEFAC- Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade, a taxa de juros média anual da economia brasileira (em agosto de 2017) foi de 139,24%. Das seis linhas de crédito pesquisadas, 04 (quatro) reduziram suas taxas de juros no mês (juros do comércio, cheque especial, cdc-bancos-financiamento de veículos e empréstimo pessoal-financeiras) e 02 (duas) elevaram suas taxas de juros no mês (cartão de crédito e empréstimo pessoal-bancos).

**TABELA 1**  
**Taxa de Juros para Pessoa Física**

Linha de Crédito	jul/17		ago/17	
	Taxa mês	Taxa ano	Taxa mês	Taxa ano
Juros comércio	5,65%	93,39%	5,63%	92,95%
Cartão de crédito	13,34%	349,36%	13,36%	350,32%
Cheque especial	12,29%	301,88%	12,14%	295,48%
CDC - bancos-financiamento de automóveis	2,15%	29,08%	2,11%	28,48%
Empréstimo pessoal-bancos	4,27%	65,16%	4,30%	65,73%
Empréstimo pessoal-financeira	7,80%	146,28%	7,72%	144,09%
<b>Taxa Média</b>	<b>7,58%</b>	<b>140,31%</b>	<b>7,54%</b>	<b>139,24%</b>

Fonte: ANEFAC

#### **4. Desempenho Setorial**

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM) <sup>1</sup>, “Demanda prossegue firme no bimestre julho-agosto de 2017. Vendas internas reagem, mas ritmo das importações é mais intenso. Os principais índices de volume do segmento de produtos químicos de uso industrial registraram altas em agosto de 2017, na comparação com o mês anterior, conforme informações preliminares. O índice de vendas internas cresceu 7,77% no último mês de análise, segunda alta consecutiva, o que correspondeu a uma elevação de 11,7% apenas no bimestre julho-agosto. Apesar da melhora, em relação a iguais meses do ano passado, as vendas internas apresentaram recuo (-2,8% na comparação agosto contra agosto e -3,81% quando a referência é o mês de julho). A demanda interna, medida pelo CAN (consumo aparente nacional), exibiu alta de 1,2% em agosto de 2017, sobre julho, após ter crescido 9,0% no mês anterior, acumulando elevação de 10% nos dois últimos meses”.

Segundo a ABIQUIM, “No que se refere ao índice de produção, após alta de 10,02% verificada em julho, houve recuo de 0,28% no índice de agosto, sobretudo em razão de problemas operacionais e paradas programadas para manutenção. Mesmo com dois meses consecutivos de resultados positivos, o fato é que as vendas internas de produção nacional recuaram muito nos últimos três anos e ainda não voltaram aos patamares médios realizados em 2007. Como possíveis razões para a melhora do período recente, destaca-se a economia dando sinais de retomada, alguma recomposição de estoques nas diversas cadeias consumidoras e, além disso, tradicionalmente, na química, o segundo semestre do ano costuma ser mais forte do que o primeiro, com concentração de vendas anuais da ordem de 55% para os meses de julho a dezembro e de 45% entre janeiro e junho”.

---

<sup>1</sup> Informações retiradas do Relatório de Acompanhamento Conjuntural (RAC), de agosto de 2017, produzido pela ABIQUIM.

**Tabela 01**  
**Resumo dos Principais Indicadores do Relatório de Acompanhamento Conjuntural -**  
**ABIQUIM**

<i>Período</i>	<i>Índices Abiquim-FIPE</i>			<i>CAN Consumo Aparente Nacional</i>	<i>Utilização da capacidade (em %)</i>
	<i>IGQ-P Produção (em %)</i>	<i>IGQ-VI Vendas internas (em %)</i>	<i>IGP Preços (em %)</i>		
Julho 2017	10,02	3,63	-1,26	9,0	78
Agosto *	-0,28	7,77	-1,50	1,2	82
Jan-Ago 2017* / Jan-Ago 2016	0,79	-1,83	-0,07 <sup>1</sup>	8,3	78 (-2 p.p.)
Julho 2017 / Julho 2016	0,98	-3,81	0,04	10,6	78 (-2 p.p.)
Agosto 2017* / Agosto 2016	1,09	-2,80	1,52	3,3	82 (= p.p.)
Últimos 12 meses (até Agosto 2017 *) / últimos 12 meses anteriores	2,46	1,52	1,52 <sup>2</sup>	9,5	79 (= p.p.)

Fonte: RAC-ABIQUIM

\* Preliminar

## 5. ICV-DIEESE

O Índice do Custo de Vida do município de São Paulo variou 0,20% entre agosto e setembro, segundo cálculo do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Entre outubro de 2016 e setembro de 2017, a variação acumulada do ICV-DIEESE foi de 1,89%; e no ano, de 1,12%.

Houve queda para o estrato de renda mais baixo ou estrato 1, de -0,10% e elevação de 0,09% para o 2 e de 0,33% para o 3. Em 12 meses, as taxas por estrato de renda foram as seguintes: estrato 1, 0,53%; estrato 2, 1,25%; e, estrato 3, 2,56%. Entre janeiro e setembro de 2017, a variação foi de 0,38% para as famílias pertencentes ao 1º estrato; de 0,62% para as do 2º estrato; e, de 1,54% para as do 3º.

As taxas positivas foram observadas no Transporte (1,57%), Despesas Pessoais (1,06%), Despesas Diversas (0,80%), Habitação (0,52%), Saúde (0,33%) e Educação e Leitura (0,05%). As retrações foram anotadas nos grupos Alimentação (-0,67%), Vestuário (-0,50%), Equipamento Doméstico (-0,49%) e Recreação (-0,26%).

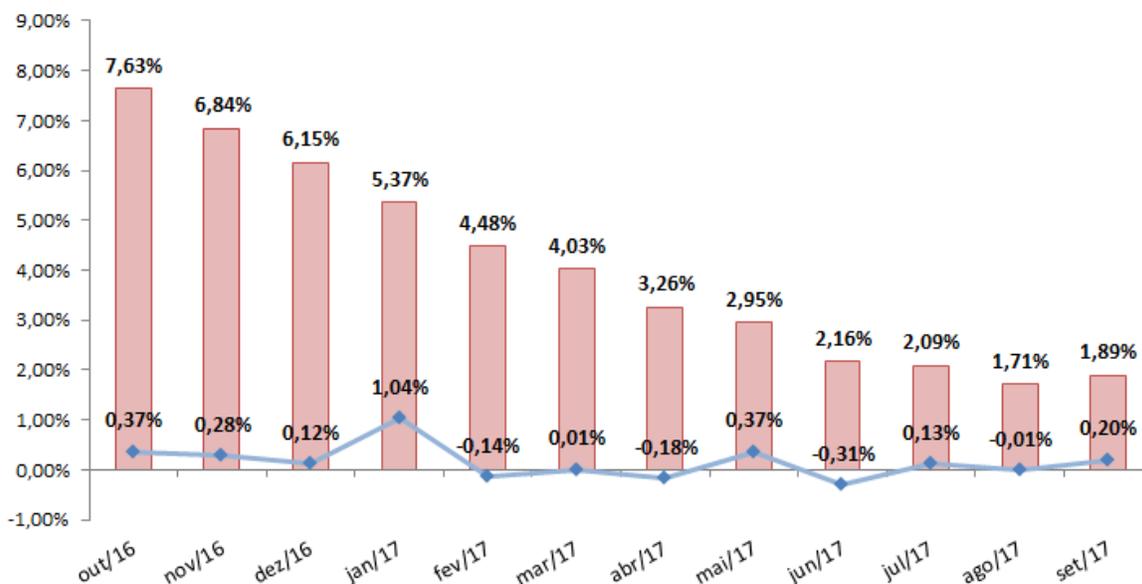
O aumento do Transporte (1,57%), Despesas Pessoais (1,06%), Habitação (0,52%) e Saúde (0,33%) contribuiu com 0,44 ponto percentual (p.p.) para a taxa geral; e a diminuição no grupo Alimentação (-0,67%), com -0,21 p.p..

A alta de 1,57% no grupo Transporte deve-se ainda ao reajuste do valor do combustível (3,72%). A gasolina subiu 3,81%, o álcool, 3,57% e o diesel, 2,30%. O subgrupo transporte individual aumentou 2,33%; já o subgrupo transporte coletivo não variou. O cigarro (3,05%) foi reajustado pela segunda vez em 2017, o que fez com que o subgrupo fumo e acessórios aumentasse 3,01%, e, mesmo com a diminuição de -1,35% do subgrupo higiene e beleza, o grupo Despesas Pessoais aumentou 1,06%.

A elevação do grupo Habitação foi de 0,52% devido, principalmente, ao reajuste do condomínio (1,53%), do gás de botijão (1,97%) e dos serviços domésticos (2,02%), que mais que compensaram a redução da tarifa de energia elétrica (-0,47%) pela mudança de bandeira. As taxas dos subgrupos foram as seguintes: conservação do domicílio (0,14%), operação do domicílio (0,48%) e locação, impostos e condomínio (0,82%). A alta nos seguros e convênios médicos (0,46%) elevou a taxa do subgrupo assistência médica (0,38%) e o grupo Saúde (0,33%).

A taxa acumulada nos últimos doze meses do ICV-Geral foi de 1,89%.

**GRÁFICO 2**  
**ICV-DIEESE Geral: Mensal e Acumulado em Doze Meses**  
**Município de São Paulo - Outubro de 2016 a Setembro de 2017**



Fonte: IBGE

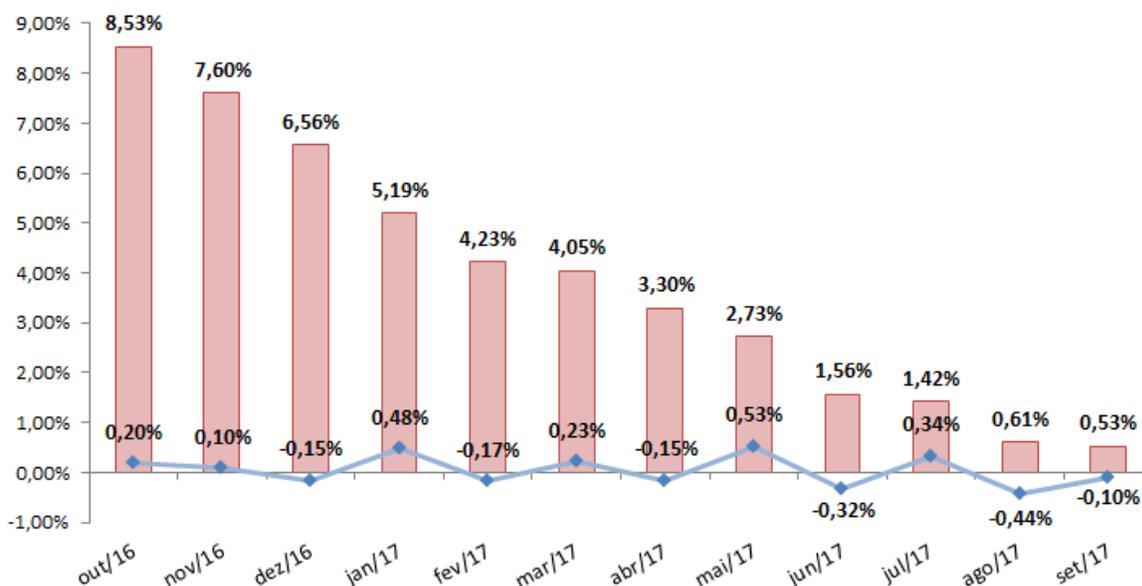
Elaboração: DIEESE

Nota: Base Junho de 1996. ICV Geral – Renda média familiar de R\$1.365,48.

Além do índice geral, o DIEESE calcula ainda mais três indicadores de inflação, segundo tercis da renda das famílias paulistanas. As taxas do ICV segundo cada estrato de renda são distintas, uma vez que resultam da forma como as famílias distribuem seus gastos, que difere de acordo com o poder aquisitivo, e relaciona-se com as diversas variações de preços dos bens e serviços.

Em setembro, no 1º estrato, que abrange as famílias com menor rendimento, cuja renda média familiar é de R\$ 377,40, a taxa foi de -0,10%. A taxa acumulada de doze meses para o 1º estrato foi de 0,53%.

**GRÁFICO 3**  
**ICV-DIEESE Estrato 1: Mensal e Acumulado em Doze Meses**  
**Município de São Paulo - Outubro de 2016 a Setembro de 2017**



Fonte: IBGE

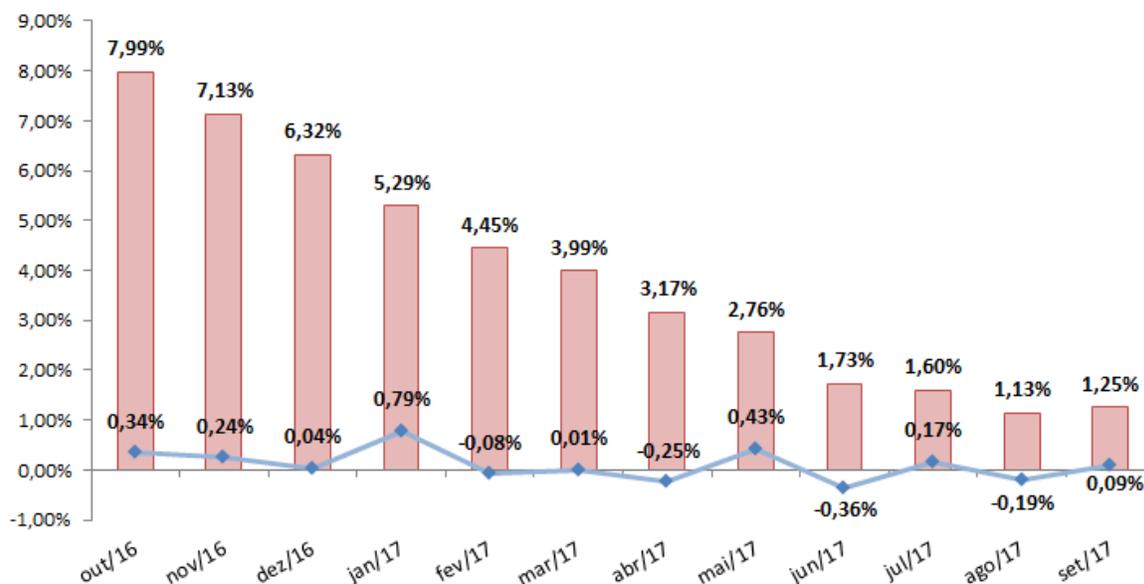
Elaboração: DIEESE

Nota: Base Junho de 1996. ICV Estrato 1 – Renda média familiar de R\$377,40.

Para o 2º estrato - que reúne as famílias com nível intermediário de rendimento, cuja renda média familiar é de R\$ 934,17, foi registrada uma variação de 0,09% para a taxa do

mês de setembro de 2017. A taxa acumulada de doze meses para o 2º estrato foi de 1,25%.

**GRÁFICO 4**  
**ICV-DIEESE Estrato 2: Mensal e Acumulado em Doze Meses**  
**Município de São Paulo - Outubro de 2016 a Setembro de 2017**



Fonte: IBGE

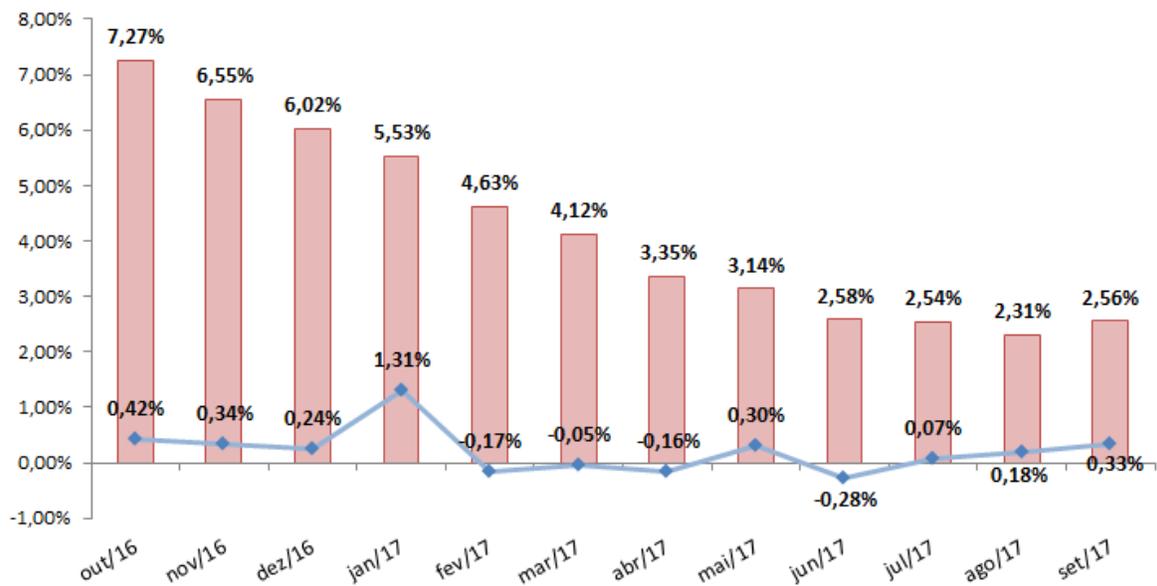
Elaboração: DIEESE

Nota: Base Junho de 1996. ICV Estrato 2 – Renda média familiar de R\$934,17.

Por fim, para o 3º estrato, no qual estão as famílias de maior poder aquisitivo, cuja renda média familiar é de R\$ 2.782,90, a variação da taxa do mês de setembro de 2017 foi de 0,33%. A taxa acumulada de doze meses para o 3º estrato foi de 2,56%.

**GRÁFICO 5**

**ICV-DIEESE Estrato 3: Mensal e Acumulado em Doze Meses  
Município de São Paulo - Outubro de 2016 a Setembro de 2017**



Fonte: IBGE

Elaboração: DIEESE

Nota: Base Junho de 1996. ICV Estrato 3 – Renda média familiar de R\$2.782,90.

## 6. Cesta Básica Nacional

Em setembro, o custo do conjunto de alimentos essenciais apresentou queda em 20 das 21 cidades onde o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. As reduções mais expressivas foram registradas no Nordeste: Maceió (-5,22%), Fortaleza (-4,85%), João Pessoa (-4,62%), Salvador (-4,09%), São Luís (-3,97%) e Natal (-3,64%). A única alta foi observada em Campo Grande (1,17%).

Porto Alegre foi a cidade com a cesta mais cara (R\$ 436,68), seguida por São Paulo (R\$ 421,02) e Florianópolis (R\$ 419,17). Os menores valores médios foram observados em Salvador (R\$ 318,52), Natal (R\$ 323,90) e Recife (R\$ 328,63).

Em 12 meses, o valor da cesta apresentou redução em todas as cidades pesquisadas. As taxas negativas variaram entre -19,11%, em Cuiabá, e -5,19%, em Goiânia. Entre janeiro e setembro de 2017, o custo da cesta diminuiu em todas as capitais, com destaque para as do Centro-Oeste: Cuiabá (-13,91%), Campo Grande (-11,96%) e Brasília (-11,28%).

**TABELA 3**  
**Pesquisa Nacional de Cesta Básica – Custo e variação da cesta básica em 21 capitais**  
**Brasil – Setembro de 2017**

Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de trabalho	Variação no ano (%)	Variação anual (%)
Porto Alegre	436,68	-2,04	50,66	102h32m	-4,87	-8,59
São Paulo	421,02	-2,46	48,84	98h51m	-4,07	-10,72
Florianópolis	419,17	-1,67	48,63	98h25m	-7,63	-6,65
Rio de Janeiro	410,27	-0,04	47,59	96h20m	-7,54	-9,15
Vitória	391,76	-1,54	45,45	91h59m	-8,11	-10,00
Brasília	383,03	-3,41	44,43	89h56m	-11,28	-17,09
Curitiba	376,46	-2,25	43,67	88h23m	-8,15	-11,39
Goiânia	372,99	-3,57	43,27	87h35m	-3,58	-5,19
Fortaleza	370,46	-4,85	42,97	86h59m	-6,02	-10,93
Belém	369,89	-1,58	42,91	86h51m	-9,94	-12,85
Cuiabá	366,94	-2,40	42,57	86h09m	-13,91	-19,11
Belo Horizonte	361,82	-0,88	41,97	84h57m	-8,32	-14,17
Campo Grande	359,24	1,17	41,67	84h21m	-11,96	-16,89
Manaus	355,47	-0,70	41,24	83h28m	-10,03	-11,45
Maceió	355,20	-5,22	41,20	83h24m	-9,29	-10,02
Aracaju	344,16	-2,74	39,92	80h49m	-1,58	-7,56
São Luís	338,38	-3,97	39,25	79h27m	-4,97	-11,66
João Pessoa	334,86	-4,62	38,85	78h37m	-8,55	-13,45
Recife	328,63	-3,50	38,12	77h10m	-5,56	-12,49
Natal	323,90	-3,64	37,57	76h03m	-7,97	-11,87
Salvador	318,52	-4,09	36,95	74h47m	-10,31	-16,60
Boa Vista	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Macapá	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Palmas	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Porto velho	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Rio Branco	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Teresina	ND	ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: DIEESE

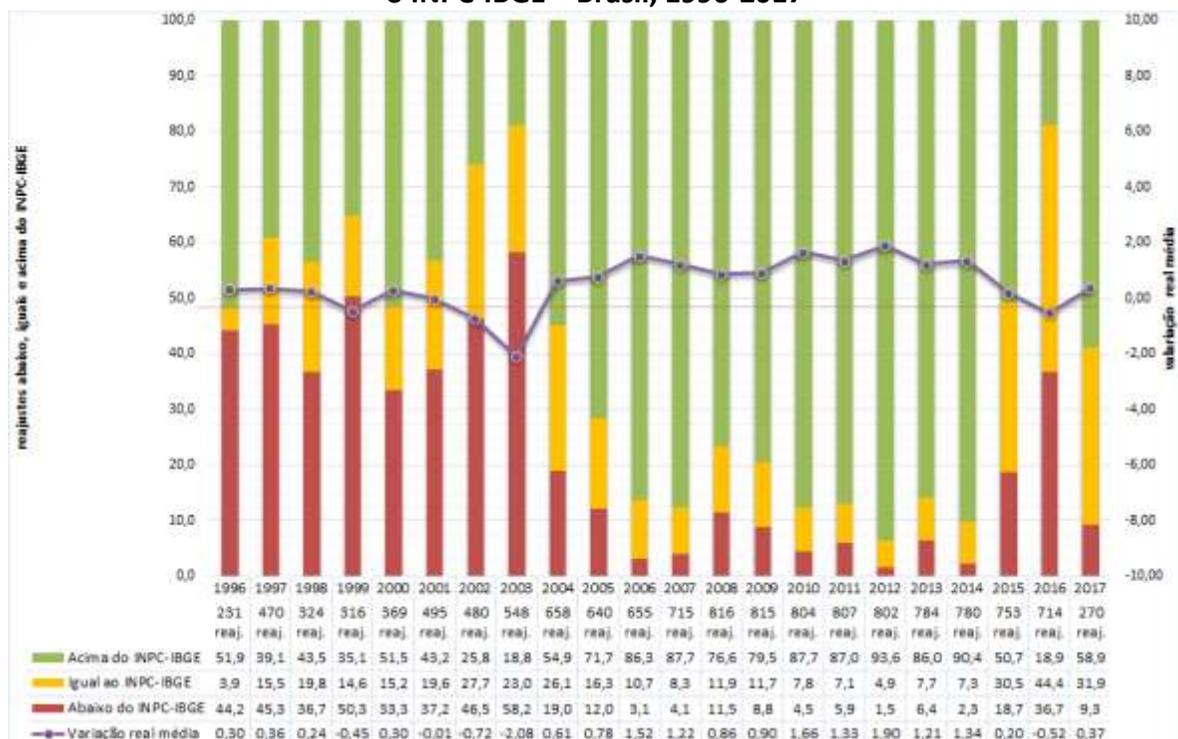
Com base na cesta mais cara, que, em setembro, foi a de Porto Alegre, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário. Em setembro de 2017, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 3.668,55, ou 3,92 vezes o mínimo de R\$ 937,00. Em agosto de 2017, o piso mínimo necessário correspondeu a R\$ 3.744,83, ou 4,00 vezes o mínimo vigente. Em

setembro de 2016, o salário mínimo necessário foi de R\$ 4.013, 08 ou 4,56 vezes o piso em vigor, que equivalia a R\$ 880, 00.

## 7. Balanco dos Reajustes Salariais

Em 2016, apenas 18,9% das unidades de negociação analisadas pelo DIEESE conquistaram ganhos reais aos salários, segundo comparação com da inflação medida pela variação INPC-IBGE. As variações reais foram em média de -0,52%, como mostra o Gráfico 04. Em 44,4% das negociações foram observados reajustes iguais à inflação; e as que registraram reajustes abaixo da inflação, representaram aproximadamente 36,7% do total.

**Gráfico 04**  
**Distribuição dos reajustes salariais e valor do aumento real médio, em comparação com o INPC-IBGE – Brasil, 1996-2017**



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Foram considerados todos os reajustes registrados no SAS-DIEESE

Considerando todas as unidades de negociação registradas no SAS-DIEESE até o momento, a Tabela 7 apresenta a trajetória por data-base dos aumentos reais médios entre 2013 e 2017. A partir dos dados inseridos em 2016, tem-se que o primeiro semestre de 2016 apresentou uma perda real média de 0,56%, ou seja, superior à perda real de 0,42% do segundo semestre do mesmo ano. O aumento real médio preliminar em 2017 foi de 0,37%.

**Tabela 07**  
**Aumento real médio, segundo o INPC-IBGE, por data-base – Brasil, 2013-2017**

<b>Data-Base</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Janeiro	1,56%	1,48%	1,41%	-0,65%	0,12%
Fevereiro	1,22%	1,40%	0,51%	-0,86%	0,51%
Março	1,07%	1,64%	0,45%	-0,55%	0,66%
Abril	0,80%	1,38%	0,11%	-0,59%	0,31%
Maió	0,90%	1,45%	0,14%	-0,44%	0,41%
Junho	1,07%	1,32%	0,07%	-0,69%	0,24%
Julho	1,15%	1,34%	-0,04%	-0,03%	-
Agosto	1,36%	0,97%	-0,05%	-0,59%	-
Setembro	1,45%	1,25%	-0,31%	-0,57%	-
Outubro	1,54%	0,94%	-0,22%	-0,35%	-
Novembro	1,51%	1,11%	-0,34%	-0,43%	-
Dezembro	1,31%	0,96%	-0,63%	0,03%	-
<b>1º semestre</b>	<b>1,08%</b>	<b>1,47%</b>	<b>0,45%</b>	<b>-0,56%</b>	<b>0,37%</b>
<b>2º semestre</b>	<b>1,44%</b>	<b>1,13%</b>	<b>-0,26%</b>	<b>-0,42%</b>	<b>-</b>
<b>Ano</b>	<b>1,21%</b>	<b>1,34%</b>	<b>0,20%</b>	<b>-0,52%</b>	<b>0,37%</b>

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: a) Foram considerados todos os reajustes registrados no SAS-DIEESE

b) Valores negativos referem-se a perdas reais